

DISPUTAR A CIDADE E A PRISÃO

As propostas de desativação da Casa de Detenção antes do massacre do Carandiru^I

<http://dx.doi.org/10.25091/S01013300202500010004>

BIANCA TAVOLARI*

MAÍRA ROCHA MACHADO**

VITOR NISIDA***

RESUMO

O massacre do Carandiru é chaga aberta na história da democracia brasileira. Ainda que seja emblemático da violência de Estado, esta pesquisa revela que a desativação dos pavilhões da Casa de Detenção não se inicia com este evento histórico. Reconstruímos o conjunto nada linear de propostas de desativação, cuja origem remonta ao menos a 1965. A partir de uma lente de análise que combina política prisional e espaço urbano, mostramos como as propostas equiparam desativar a demolir.

PALAVRAS-CHAVE: *Violência de Estado; políticas públicas estaduais; espaço urbano; criminal*

Challenging the City and the Prison: Proposals for Deactivating the Casa de Detenção Prior to the Carandiru Massacre

ABSTRACT

The Carandiru massacre remains an open wound in the history of Brazilian democracy. Although it stands as an emblematic case of state violence, this research demonstrates that the deactivation of the pavilions of the Casa de Detenção did not originate with this historical event. We reconstruct the non-linear set of deactivation proposals, tracing their origins back to at least 1965. Through an analytical lens that combines prison policy with urban space, we show how the proposals equated deactivation with demolition.

KEYWORDS: *State violence; state public policies; urban space; criminal*

[*] Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: bianca.tavolari@fgv.br

[**] Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: maira.machado@fgv.br

[***] Instituto Pólis, SP, Brasil. E-mail: vitor@polis.org.br

INTRODUÇÃO

Apresentamos, há muitos anos, [...] uma proposta para desativação de todo o sistema policial e militar, que vai desde o Palácio da Polícia até o Carandiru, transformando toda esta área inócua [...] em coisa mais funcional, [...] pois não se admite que esses complexos fiquem no meio de centros populosos como São Paulo. (Deputado coronel Erasmo Dias, 1987)

Dentro de uma semana, o secretário de Justiça, José Carlos Dias, receberá o detalhamento e maquetes do projeto urbanístico Carandiru, elaborados pelas empresas Hidroservice e Embraesp. O projeto, que o secretário considera o mais importante de sua administração, prevê a construção de um conjunto habitacional de classe média com 85 mil unidades [...] na área de 427 mil metros quadrados atualmente ocupada pela Penitenciária do Estado e Casa de Detenção. (“Pronta Maquete do Projeto Carandiru”, O Estado de S. Paulo, 23/8/1983)

O dia 2 de outubro de 1992 poderia ter sido apenas mais uma sexta-feira, mas ficou marcado por um dos acontecimentos mais significativos da história recente do país: o massacre do Carandiru. Cinco anos antes, em 1987, o deputado coronel Erasmo Dias apresentava ao Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo sua proposta de reconfiguração do bairro de Santana, capitaneada pela desativação de diversos equipamentos da polícia civil, da polícia militar e da administração penitenciária (Diário Oficial do Estado de São Paulo, “Debate na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 178ª Sessão Ordinária, de 26 de agosto de 1987”, Seção I, São Paulo, 97(172), 11/9/1987, p. 71). O pronunciamento do qual se extraiu a primeira epígrafe foi realizado semanas após a operação da polícia militar na Penitenciária do Estado que resultou na morte de ao menos trinta pessoas em privação de liberdade e mais de cinquenta feridos. Mas, como revela a segunda epígrafe, a transformação urbanística da região já era projeto de destaque na gestão de José Carlos Dias, autor da “política de humanização dos presídios” à frente da Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo no início dos anos 1980.²

A reconfiguração urbanística daquela região de fato ocorreu, muito tempo depois — e não como propuseram Erasmo Dias, no Legislativo, e José Carlos Dias, no Executivo. Não houve a desativação de “todo o sistema policial e militar” e a construção de unidades habitacionais não se concretizou. Apenas em 2001 a desativação da Casa de Detenção é efetivamente iniciada, com a demolição de cinco dos sete pavilhões e a construção do Parque da Juventude Dom Evaristo Arns, parcialmente inaugurado em 2006 (Tavolari; Machado; Nisida, 2022).

Entre as propostas das epígrafes e a inauguração do parque, ocorreu o massacre do Carandiru, uma operação da polícia militar de São Paulo no Pavilhão 9 da Casa de Detenção de São Paulo. O processo criminal contra os policiais oficializou 111 mortos e uma centena de feridos.³ Trinta anos depois, 74 policiais militares foram condenados por homicídio doloso contra as pessoas privadas de liberdade.

[1] Agradecemos a Livia Barcessat Lewinski, Matheus de Barros, Lucas Fernandes e Gabriel Regensteiner o apoio à nossa pesquisa em diferentes fases do projeto e a Juliana Borges, Paulo Ramos, Rafael Godoi e Thiago Amparo as críticas, sugestões e, os comentários à versão preliminar deste artigo no seminário *Massacre do Carandiru 30 anos: pesquisar o Direito na — e diante da — violência estatal*, realizado na Escola de Direito da Faculdade Getúlio Vargas (São Paulo), em setembro de 2022.

[2] Como vamos explorar adiante, a “política de humanização de presídios” foi ampla, pautada na implantação de parâmetros mínimos de dignidade e direitos humanos no interior das unidades penitenciárias. Neste caso específico, a proposta de desativação da Casa de Detenção tem por objetivo construir unidades menores e mais adequadas do ponto de vista humanitário; a proposta de construção de unidades habitacionais, como veremos, é parte da dimensão de transformação urbanística de Santana, que, por sua vez, viabilizaria economicamente a desativação, por meio da possível exploração econômica do terreno por atores privados.

[3] Para um panorama e muitos detalhes sobre os primeiros vinte anos de tramitação do processo criminal, ver Luísa Ferreira, Marta Rodríguez de Assis Machado e Maira Rocha Machado (2012).

As lesões corporais prescreveram. A decisão tornou-se definitiva com o trânsito em julgado da sentença, mas ainda não há previsão para o início do cumprimento da pena (Ferreira; Ferreira; Barros, 2022). Nesse período, somente 25 famílias ganharam as ações judiciais de indenização, embora não se saiba, ainda, se os valores foram efetivamente pagos (Ferreira; Machado; Machado, 2022).

A pesquisa que deu origem a este artigo parte do massacre do Carandiru, tomando-o como acontecimento emblemático e altamente revelador do fracasso da política de segurança pública (policial e penitenciária) da época, e ainda em vigor, e dos mecanismos de resposta política e judicial à violência estatal. E, desse modo, insere-se em ampla agenda que vem sendo desenvolvida por pesquisadores de diversas áreas do direito e das ciências humanas e sociais.⁴ Do ponto de vista das transformações do edifício — o Pavilhão 9 — e do dispositivo carcerário — a Casa de Detenção — onde o massacre ocorreu, a pesquisa desenvolvida até o momento não identificou literatura sistematizada acerca do conjunto nada linear de acontecimentos que levou à desativação da Casa de Detenção, à demolição de cinco de seus sete pavilhões e à construção do Parque da Juventude Dom Evaristo Arns.

Nesse cenário, o objetivo deste artigo é retroceder ao período anterior ao massacre para organizar propostas e discursos documentados no Legislativo, no Executivo e na imprensa sobre a desativação da Casa de Detenção de São Paulo, com vistas a contribuir com os primeiros passos na elucidação tanto dos acontecimentos quanto das disputas e das representações — da cidade e da prisão — entrelaçadas a essas propostas.

Para tanto, a próxima seção situa este artigo no cruzamento de campos disciplinares e apresenta a estratégia metodológica mobilizada para coleta e tratamento da documentação. A pesquisa resultou na identificação de propostas de desativação em quatro momentos e contextos institucionais distintos: em discurso na Câmara de Vereadores, em 1965, diante da notícia de que treze homens haviam se suicidado na Casa de Detenção de São Paulo; em debates entre Legislativo e Executivo em 1987, na sequência da repressão à rebelião com mais de cinquenta mortos na Penitenciária do Estado, os quais mencionam propostas de desativação entre o fim dos anos 1970 e fim dos anos 1980; em sucessivas interpelações do deputado coronel Erasmo Dias ao Executivo, no início dos anos 1990, visando à desativação; por fim, logo após o massacre do Carandiru, o destino da Casa de Detenção passa a figurar, ainda que timidamente, na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada na Assembleia Legislativa. Com um relator governista repercutindo a posição do governo Fleury, o relatório final da CPI é publicado com dois votos em separado: de Erasmo Dias e

[4] Ao menos quatro trabalhos focalizam momentos específicos desse processo, aportando informações e reflexões valiosas à presente pesquisa. São eles: Maureen Bisilliat (2003), que apresenta em ordem cronológica os resultados de farta pesquisa documental até a primeira demolição, em 2002; Fernando Salla (2007), que, ao tratar das políticas penitenciárias no Estado entre 1982 e 2006, relata o papel crucial da megarrebelião de 2001 para o início efetivo do processo de desativação; Viviane Borges (2016), que reflete sobre a construção do Parque da Juventude e seus dispositivos de apagamento e silenciamento do massacre; e, a partir da arquitetura, a pesquisa de Douglas Alves Bianchini (2018). O artigo de Rafael Godoi, Fábio Araújo e Fábio Mallart (2019) oferece um balanço sobre as questões espaciais dos parques prisionais em São Paulo e no Rio de Janeiro. Especificamente no tocante ao massacre do Carandiru, os autores afirmam que “explod[ia] o problema prisional no centro da arena política e inscrevia na agenda governamental o desafio de desativar a maior unidade prisional do país” (Godoi; Araújo; Mallart, 2019, p. 603). Esta pesquisa mostra, no entanto, que esse desafio é bastante anterior ao massacre.

Elói Pietá, ambos favoráveis à desativação. Cada momento corresponde a uma seção deste artigo. A última seção, por sua vez, organiza temporalmente as propostas discutidas ao longo do texto, o que permite concluir que a desativação sempre esteve atrelada à demolição e que, tal como o massacre do Carandiru, já estava anunciada.

ENTRE PRISÃO E TERRITÓRIO, A PARTIR DO DIREITO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA NOTA METODOLÓGICA

Este artigo faz parte de uma agenda de pesquisa que começa a ser construída com a ambição de articular a *pesquisa em direito e políticas públicas aos estudos prisionais e urbanos*. Essa articulação de perspectivas vai além da dimensão mais evidente de que prisões são edificações que podem estar localizadas em cidades.⁵ Busca repercutir e dialogar com as pesquisas realizadas nas ciências sociais que se dedicam a “deslindar as dobras e as interfaces entre os dois lados das muralhas, e isso de diferentes ângulos” (Mallart; Cunha, 2019, p. 9). É desse modo que Fábio Mallart e Manuela Ivone Cunha caracterizam um conjunto de pesquisas que, nos últimos vinte anos, renova os estudos prisionais, até então fortemente contidos — no que diz respeito às questões e aos problemas de pesquisa — pelos muros da prisão. Nessa perspectiva, é possível, por exemplo, seguir o caminho aberto por Fábio Araújo, que nos convida a pensar as prisões como fenômenos urbanos a partir do conceito de “territorialidades carcerárias” (Araújo, 2017, p. 59), articulando as dinâmicas de espacialização às práticas punitivas — excludentes, discriminatórias, estigmatizantes.⁶ A aproximação que propomos aqui tem particularidades em ao menos dois níveis: trata-se de pensar os estudos prisionais e os estudos urbanos a partir de uma perspectiva das políticas públicas atenta ao direito e às suas dinâmicas normativas e decisórias.

Isso significa, em primeiro lugar, que estamos olhando para a política prisional e para a política urbana. Desativar, demolir e transformar unidades prisionais são decisões tomadas como parte da política prisional por agentes públicos no âmbito da administração pública, da Câmara Municipal e da Assembleia Legislativa. Transformar a área que abrigava unidades prisionais em parque — como aconteceu no caso específico de parte da Casa de Detenção de São Paulo — é uma decisão de política urbana que envolve instrumentos de intervenção urbanística e alterações de padrão de uso do solo.⁷

Conceber essa articulação a partir de duas políticas públicas nos ajuda a colocar a questão do *processo decisório* no centro das preocupações. Como foi tomada a decisão de desativar? Quem propôs? Quem participou e de que modo? Havia alternativas? Quais foram e como se deram os procedimentos administrativos no interior

[5] Dita dessa forma, a afirmação pode parecer evidente. Um indicativo de que essa aproximação entre campos está longe de ser trivial é o fato de que o sociólogo Loïc Wacquant a reconhece — e reconhece também o ponto cego — apenas em seu último livro: “Por exemplo, demorei duas décadas para descobrir que a prisão, que eu tinha estudado como uma instituição penal, é também uma *instituição quintessencialmente urbana* — o que é óbvio uma vez declarado, mas isso muda totalmente a forma como você articula a problemática da contenção e da produção política da precariedade na cidade” (Wacquant, 2022; grifos no original) Para uma discussão do livro de Wacquant no campo dos estudos urbanos, ver Bianca Tavolari (2023b). A abordagem de Wacquant tem limitações claras em relação ao papel desempenhado pelo direito.

[6] Outro caminho seria dialogar com a literatura que tem se organizado sob a rubrica “geografia do crime”, voltada especialmente para concentrações territoriais de espaços prisionais. Para uma recente revisão dessa literatura, ver Pedro Bertolucci Keese (2021).

[7] Como mostramos neste artigo, as representações de cidade e as propostas de transformação urbana têm origem no Legislativo e no Executivo, tanto no plano municipal quanto estadual (ver Quadro 1 para sistematização). É um campo ampliado da política urbana, inicialmente distinto dos instrumentos mais tradicionais de intervenção, como zoneamento e planos diretores, mas ainda assim produtor de parâmetros espaciais urbanos. Dizemos “inicialmente” porque, em 1993, o governo de Luiz Antônio Fleury (MDB) desafetou a área da Casa de Detenção, de forma que o patrimônio público pudesse ser vendido. Como o terreno era gravado como zona especial (Z8) pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de 1972, os parâmetros impediam o maior aproveitamento do terreno em termos construtivos. A partir de 1995, a Câmara Municipal vai se tornar a arena de disputa pela alteração do zoneamento, com propostas conflitantes em jogo. Essa parte da pesquisa está em desenvolvimento. Para uma discussão sobre os pontos cegos nas políticas do urbano, entendidas como “as ações, as negociações,

as alianças e os conflitos acerca das políticas públicas urbanas e do poder das (e nas) instituições políticas da cidade”, ver Eduardo Marques (2017; 2018). Se, concordando com o diagnóstico de Marques, o “urbano” é um objeto que foi esquecido quando se pensa o Estado em ação no nível local, a dimensão prisional como parte integrante de uma política pública urbana ganha uma camada a mais de invisibilidade, como já indicamos anteriormente.

[8] Ver, por exemplo, a desativação do Presídio do Ahú e sua remodelação para abrigar o Centro Judiciário de Curitiba. Para um balanço, a partir da história e dos “processos de patrimonialização” ligados à memória e às prisões, ver Viviane Borges (2018).

[9] Para como incorporar o espaço urbano às análises jurídicas, ver Bianca Tavorali (2023a). Para uma pesquisa primorosa sobre equipamentos penais no meio urbano atenta ao direito — em particular, o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor —, ver o estudo de caso de José Roberto Tenório Filho e Suzann Cordeiro de Lima (2018) sobre o nascimento e a morte do Presídio de Arapiraca (Alagoas).

[10] Alejandra Estevez e Priscila Almeida (2021, p. 145), tratando dos lugares de memória da ditadura, referem-se àqueles que “viveram” e “sofreram suas consequências de forma direta”, bem como àqueles “que são solidários [...] mas que não viveram diretamente [...] seja porque não eram nascidos, seja porque estavam afastados dos acontecimentos políticos à época”. No mesmo contexto, Kolker (2021, p. 128), ao tratar do preço alto que estamos pagando pelos acordos políticos do fim da ditadura, chama nossa atenção para os efeitos de uma reconciliação excludente “que individualizou o dano causado aos ex-perseguidos políticos e seus familiares, deixando-os sozinhos com o peso das lutas por memória, verdade, justiça e reparação; silenciando sobre as violações que atingiram o conjunto da população”.

[11] No caso da Casa de Detenção de São Paulo, a linha azul do metrô, na superfície entre as estações Tietê e Santana, inseriu o dispositivo carcerário na paisagem cotidiana da população da zona norte da capital. Sobre as memórias da Casa de De-

do Executivo e do Legislativo? Essas mesmas questões se repetem na decisão de demolir e transformar a área em parque que está no horizonte mais amplo da pesquisa. A ênfase no processo decisório é o que nos vincula à contingência dos resultados: a proposta de desativação poderia ter tido desfechos muito distintos da demolição.⁸

Em segundo lugar, a aproximação proposta aqui indica que, para olhar para o processo decisório no interior das políticas públicas prisionais e de planejamento urbano, o direito é perspectiva primordial de análise. A pergunta acerca da decisão de desativação nos leva à produção de normas jurídicas na Assembleia Legislativa; a pergunta acerca da disputa pelos usos nos leva para dentro do direito urbanístico e da política urbana, com normas e parâmetros de zoneamento em disputa na Câmara de Vereadores. Argumentos jurídicos e criação de normas jurídicas são intrínsecos às perguntas que fazemos entre os dois campos, ainda que elas não envolvam, por enquanto, o Judiciário. A produção de normas jurídicas também é espacializada.⁹ Portanto, tal como vislumbrada aqui, essa agenda de pesquisa dirige-se à elaboração de métodos de trabalho para a compreensão do surgimento e da extinção, no interior da burocracia estatal, de instituições de privação de liberdade — para adultos, crianças e adolescentes, para custódia e tratamento. E, para tanto, articula ideias e normas jurídicas situadas no direito urbanístico, no direito administrativo, no direito de propriedade — para além das normas penais, processuais penais e de execução criminal.

Em terceiro lugar, a perspectiva que propomos busca colocar *as pessoas* em primeiro plano. Trata-se de compor prisão, cidade, direito e política pública sem perder de vista as múltiplas formas de vivência em territórios precipuamente marcados pela violência de Estado. Recuperando os aportes de estudiosas da justiça de transição para identificar os grupos de sujeitos que participam de processos transicionais, a abordagem proposta aqui estica a linha para somar aos sobreviventes do cárcere, familiares e solidários,¹⁰ a vizinhança e as pessoas que cruzam e circulam por seu entorno.¹¹ Assumir essa perspectiva implica adicionar o direito à memória à lista de ideias e normas jurídicas do parágrafo anterior, bem como os processos de memorialização às políticas públicas prisionais e de planejamento urbano.¹²

Situado nessa agenda, este artigo mobiliza a pesquisa documental como estratégia de pesquisa empírica em direito (Reginato, 2017), aliada à espacialização dos projetos apresentados por meio da cartografia, a fim de explicitar e traduzir espacialmente as propostas de desativação que foram trazidas à mesa de debate na época.

Diante do amplo acervo documental coletado e da ausência de pesquisas anteriores que pudessem delinear hipóteses de trabalho, a análise desenvolveu-se de modo prevalentemente indutivo (Cappi,

2017), com o objetivo de organizar temporal e institucionalmente as propostas de transformação da Casa de Detenção e gerar proposições conceituais sobre o significado e o alcance das noções de desativar e demolir.

Para tanto, partimos da leitura sistemática do processo de tombamento, iniciado em 1997, daquilo que o Conpresp denomina “Complexo Penitenciário do Carandiru”.¹³ Desenvolvemos também buscas no *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, no repositório virtual dos acervos dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* e na íntegra dos autos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Casa de Detenção.

O *Diário Oficial do Estado de São Paulo* permite busca por palavras-chave. Em uma primeira busca, a partir dos termos “desativação” e “Carandiru”, foram encontrados 384 documentos, em consulta no dia 12 de agosto de 2022.¹⁴ Desse universo, foram analisados 32 registros, que são aqueles que datam do intervalo de 1977 — a menção mais antiga — a 1994. O ano de 1993 marca o início de um novo ciclo nas disputas sobre a desativação, o que justifica nosso ponto de parada no ano anterior, logo após o massacre do Carandiru. Uma segunda busca na mesma base de dados, em 21 de outubro de 2023, valeu-se de uma combinação distinta de palavras-chave, a qual incluía os termos “casa de detenção” e variações de “demolir” e “desativar”.¹⁵ As próximas etapas da pesquisa analisarão a base de documentos de 1993 em diante.

Os acervos dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* também permitem busca por palavras-chave. O material jornalístico é bastante rico, especialmente para a documentação da década de 1980, com matérias sobre a crise prisional, massacres e propostas de desativação e demolição, com foco no Executivo. Para este artigo, as notícias e matérias de jornal são utilizadas de modo complementar para a reconstrução e contextualização da linha do tempo dos acontecimentos e dos atores-chave.

A recente digitalização em OCR (Optical Character Recognition) da íntegra dos 21 volumes da “CPI da Casa de Detenção” pela Divisão de Biblioteca e Acervo Histórico da Assembleia Legislativa de São Paulo permitiu a pesquisa sistemática de documentos e depoimentos que mencionam a desativação, a demolição e outras reconfigurações nos edifícios da Casa de Detenção ou no entorno urbano.¹⁶

Recorremos também à literatura disponível, em especial Maureen Bisilliat (2003), que apresenta em ordem cronológica os resultados de farta pesquisa documental até a primeira demolição em 2002; Fernando Salla (2006), que, ao tratar das políticas penitenciárias no Estado entre 1982 e 2006, relata o papel crucial da megarrebelião de 2001 para o início efetivo do processo de desativação; e Viviane Borges (2016), que analisa a construção do Parque da Juventude a partir de seus dispositivos de apagamento e silenciamento do massacre.

tenção por usuários do metrô, ver relatos de Renata Lo Prete e Marta Machado em *O Assunto* (2022).

[12] Sobre os múltiplos obstáculos às políticas públicas de memória no tocante ao massacre do Carandiru, ver o balanço de Luísa Plastino e Carolina Ferreira (2023) sobre a luta de educadores-sobreviventes pelo reconhecimento do Espaço Memória Carandiru — situado no edifício onde funcionou o Pavilhão 4 da Casa de Detenção, hoje uma Escola Técnica (Etec) — como “um lugar central de memória e da história de São Paulo”. Para um balanço das experiências na Argentina e no Chile sobre a transformação dos espaços da ditadura, ver Ana Guglielmucci e Loreto Lopez (2019).

[13] O processo de tombamento do Complexo Penitenciário do Carandiru pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp) foi iniciado em 23 de junho de 1997, por iniciativa de sua Seção Técnica de Crítica e Tombamento, Divisão de Preservação (DPH). Esse foi apenas o primeiro passo de uma longa discussão interna no órgão de tombamento e patrimônio da cidade. O processo está registrado na Secretaria Municipal de Cultura sob o número 1997-0.125.758-8. Agradecemos às funcionárias e aos funcionários do DPH por nos receberem por duas vezes para consulta e digitalização de todos os cinco volumes do processo. Do ponto de vista da descoberta, o processo de tombamento foi nosso ponto documental inicial, ainda que não seja discutido neste artigo.

[14] Foram também testadas as palavras-chave “desativar” e “Carandiru”, com resultado de 94 documentos relacionados. A análise dos documentos mostrou que os termos “desativação” e “Carandiru”, com universo maior de 384 documentos, também abarcava os 94, o que nos permitiu seguir com os termos mais amplos.

[15] A segunda busca foi motivada pela constatação de que os documentos retratavam muito mais os debates legislativos do que as medidas do Executivo. Assim, a gama de palavras-chave foi ampliada, tendo por base a descoberta de que desativação e a demolição eram utilizadas

como sinônimas e a percepção, vinda da leitura do material empírico, de que nem sempre o termo “Carandiru” era empregado. As seguintes combinações de palavras-chave foram utilizadas, sem qualquer restrição temporal prévia: (I) “Carandiru + demolir”, com 68 resultados; (II) “Carandiru + demolição”, com 488 resultados; (III) “Casa de detenção + desativar”, com 52 resultados; (IV) “Casa de detenção + desativação”, com 275 resultados; (V) “Casa de detenção + demolir”, com 17 resultados; (VI) “Casa de detenção + demolição”, com 88 resultados. Os documentos foram analisados até o ano de 1993 e filtrados manualmente pela sua pertinência. É importante notar que, como os primeiros arquivos do *Diário Oficial do Estado* datam de 1891, alguns dos documentos fazem referência à antiga Casa de Detenção, no interior do Presídio Tiradentes.

[16] Daqui em diante, referido como “Relatório Final da CPI/Alesp”.

[17] “Juiz informado sobre as celas da Detenção”, *O Estado de S. Paulo*, 1º ago. 1965, p. 37. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19650802-27695-nac-0037-999-37-not/busca/Juiz+informado+sobre+celas+Deten%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 30/10/2023.

[18] Essa transformação está registrada também na cronologia de Maureen Bisilliat (2003, p. 252): “[r]emovem-se [em 1964] algumas das paredes internas do Pavilhão 2, transformando as celas ‘individuais’ (para quatro presos) em celas ‘coletivas’ (para oito a dez presos)”. A indicação de quatro presos nas celas individuais não parece corresponder ao uso da época, considerando-se as sucessivas indicações de solidão e isolamento nessas celas.

[19] Naquela época, a Casa de Detenção da avenida Tiradentes ainda não havia sido desativada ou demolida, o que viria a ocorrer somente no início dos anos 1970 (*Diário Oficial do Estado de São Paulo*, “Governador manda demolir a antiga Casa de Detenção”, São Paulo, ano LXXXI, n. 163, 28 ago. 1971, p. 1).

A documentação que forma o corpo empírico desta pesquisa é composta, então, por debates legislativos, instrumentos normativos, reportagens jornalísticas e literatura especializada no campo das ciências humanas e sociais.

Passamos agora à análise das diferentes propostas de transformação da Casa de Detenção das quais encontramos registro, em ordem cronológica.

AO ARREPIO DA LEI

No domingo 1º de agosto de 1965, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou a íntegra de um ofício firmado pelo então diretor da Casa de Detenção de São Paulo, o delegado José Wilson Richetti, ao juiz corregedor da Polícia e dos Presídios, dr. Alexandrino Sampaio. Em oito longos parágrafos, o ofício apresenta as razões que levaram ao término da experiência com celas individuais no estabelecimento: “Construídas com tamanho exíguo, sem janela ampla, tendo apenas um vitrô na parte superior, quase junto ao teto, o resultado obtido foi o seguinte: 12 suicídios em três anos, provocados possivelmente pela solidão e pela angústia do detento no cubículo, e grande ocorrência de distúrbios mentais”. Ao distribuir o ofício à imprensa, a direção da Casa de Detenção informou “com consternação” que, naquela madrugada, mais um detento se suicidara, “elevando-se, assim, a 13 o número de autodestruição da vida na cela individual”. E completou: “[n]as celas coletivas da Casa de Detenção do Carandiru não ocorreu um só caso de suicídio, desde sua instalação”.¹⁷

Em 1965, de acordo com a cronologia de Maureen Bisilliat (2003), já haviam sido construídos e inaugurados os pavilhões 2, 5, 8 e 9 — respectivamente, nos anos de 1956, 1962, 1960 e 1961. O ofício não utiliza o termo pavilhão ou equivalente, mas informa que os “cubículos acanhados de cerca de [um] metro e pouco por três de comprimento” passaram a funcionar em 1962. Informa também que foram “elevadas razões — imperativos de consciência e respeitabilidade aos ditames constitucionais — que [...] levaram a transformar em coletivas as celas individuais existentes no Presídio”.¹⁸

Três dias depois, o vereador Helio Dejtjar (PRT), com a reportagem em mãos, proferiu discurso na Câmara de Vereadores defendendo a demolição da Casa de Detenção. Trata-se da primeira menção à demolição no *Diário Oficial*.¹⁹ Sua argumentação tem dois pontos de apoio, “a lei brasileira” e “os mais mezinhos princípios de política criminal”:

O que se verifica é que a atual Casa de Detenção de São Paulo foi construída erradamente, e contrária à lei. Estou formulando requerimento que vai ser dirigido ao Governador do Estado para que a Casa de Detenção seja

demolida e, no seu lugar, seja construída uma Casa de Detenção de acordo com o que prescrevem o Código Penal e as leis federais. (Diário Oficial do Estado de São Paulo, “Debate na Câmara Municipal de São Paulo, 184ª Sessão Ordinária, de 2 de agosto de 1965”, São Paulo, ano LXXV, n. 142, 4/8/1965, p. 59)

O vereador faz referência ao Código Penal (CP) vigente à época, que estabelecia que a pessoa condenada tanto à pena de reclusão quanto de detenção “fica sujeita a trabalho, que deve ser remunerado, e a isolamento *durante o repouso noturno*” (art. 29, CP 1940). O código autorizava o *isolamento diurno* apenas às pessoas em cumprimento de pena de reclusão “se permitirem suas condições pessoais” e “por tempo não superior a três meses” (art. 30, CP 1940). Para a pessoa condenada à pena de detenção, o artigo 31 estabelecia que “fica sempre separada dos condenados à pena de reclusão” e “não está sujeito ao período inicial de isolamento diurno”.²⁰ O vereador prossegue:

Como é que se permite que pessoas como nós, criaturas humanas que vivem num país onde existe um sistema penitenciário, sejam encaminhadas àqueles cubículos da Casa de Detenção, onde irão suicidar-se, contrair moléstias nervosas, ou, ainda, sair da cadeia em situação muito pior do que quando lá entraram? Quem é que deu ao Estado o direito de encarcerar um homem para que este depois se suicide?

[...] não me consta em nenhum autor, e não me consta através de nenhum eleitor, que se dê ao Estado esse direito de confinar um homem numa cela isolada, num cubículo exíguo [...] e que, ao mesmo tempo, se diga que o Estado tem por objetivo a reeducação, a ressocialização de alguém que, por ter praticado um delito, foi encarcerado de acordo com as leis vigentes no País. (Diário Oficial do Estado de São Paulo, “Debate na Câmara Municipal de São Paulo, 184ª Sessão Ordinária, de 2 de agosto de 1965”, São Paulo, ano LXXV, n. 142, 4/8/1965, p. 59)

O discurso evoca “princípios de política criminal” para argumentar a função ressocializadora da pena, que só viria a ser positivada duas décadas mais tarde, com a Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210/1984).²¹ Na esfera federal, à época do pronunciamento, estava em vigor a Lei n. 3.274/1957, que dispunha brevemente sobre as “normas gerais do regime penitenciário” e ainda mobilizava as ideias de “tratamento” (art. 1, I) e da “educação moral, intelectual, física e profissional dos sentenciados” (art. 1, XIII).

Dejtjar propõe a demolição da edificação em razão dos efeitos de seu desenho interno — metragem e ventilação de celas individuais — nas condições de vida das pessoas privadas de liberdade. De acordo com sua proposta, mesmo tendo custado “uma verdadeira fortuna ao

[20] Esses dispositivos foram revogados e substancialmente alterados com a entrada em vigor da nova Parte Geral do Código Penal em 1984 (Lei n. 7.209/1984).

[21] “Art. 1º A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.”

povo de São Paulo”, deve ser demolida e outra deveria ser construída naquele mesmo lugar. A localização da Casa de Detenção não está em questão, nem mesmo a existência de uma instituição para isolar pessoas condenadas criminalmente, mas antes sua arquitetura interna.

Apesar de clamar que não se pode “permitir que tal estabelecimento *exista* aqui em São Paulo, pelo menos sem que se lhe faça a devida crítica”, o discurso do vereador sublinha a responsabilização estatal — e de duas formas. Primeiro, indaga aos vereadores presentes se não seria “um crime colocar-se um homem que delinuiu pela primeira vez num cubículo isolado”. E, em seguida, afirma que “o Governo do Estado tem o dever de indenizar as famílias desses doze presos que se suicidaram”: “Se o Estado prende, o Estado tem de devolver o cidadão em melhores condições do que aquela em que o prendeu; não pode devolvê-lo à sociedade deformado ou louco, ou entregar à família daquele homem um cadáver porque suicidou-se naquela cela” (Diário Oficial do Estado de São Paulo, “Debate na Câmara Municipal de São Paulo, 184^a Sessão Ordinária, de 2 de agosto de 1965”, São Paulo, ano LXXV, n. 142, 4/8/1965, p. 59).

Com menções a Rousseau e Beccaria, bem como a juristas que se pronunciaram nos jornais sobre a remodelação interna da Casa de Detenção, o vereador encerra seu discurso solicitando o envio de cópia às autoridades dos poderes Executivo e Judiciário, para que “tomem as devidas providências a fim de que a atual Casa de Detenção seja demolida, construindo-se outra em seu lugar [...] para que fatos como estes que trago hoje à tribuna [...] não mais se repitam” (Diário Oficial do Estado de São Paulo, “Debate na Câmara Municipal de São Paulo, 184^a Sessão Ordinária, de 2 de agosto de 1965”, São Paulo, ano LXXV, n. 142, 4/8/1965, p. 59).

Naquela sessão da Câmara, o vereador Marcos Mélega (UDN) toma a palavra para rechaçar a demolição. Não diverge sobre a função do espaço prisional defendida por seu colega, mas mostra-se confiante nos penitenciariistas consultados no momento da construção da Casa de Detenção. Para Mélega, tratava-se de remodelar e não de destruir.²²

Os registros de que dispomos não apontam para qualquer encamiinhamento institucional a partir da proposta do vereador. Como veremos, um ciclo de massacres seria necessário para que as propostas de desativação e demolição voltassem à pauta do Legislativo, mas dessa vez em âmbito estadual, na Alesp. A desativação também passou a integrar a agenda do executivo estadual e municipal, como veremos a seguir.

A DESATIVAÇÃO COMO PROJETO DE MUITAS DÉCADAS

“Agora vocês vão conhecer tudo o que se passou na Penitenciária de São Paulo, na maior rebelião da história das prisões brasileiras.” Na voz do

[22] “Não podemos, desde logo, sem aproveitar o conhecimento daqueles que se dedicam exclusivamente à ciência do direito penitenciário, levantar uma acusação inapelável como a que V. Exa. está fazendo, a ponto de pretender que se destrua um estabelecimento. O que se poderá fazer [...] é pedir que penitenciariistas estudem o assunto para se fazer as modificações condizentes com a finalidade que V. Exa. tem em mente” (Diário Oficial do Estado de São Paulo, “Debate na Câmara Municipal de São Paulo, 184^a Sessão Ordinária, de 2 de agosto de 1965”, São Paulo, ano LXXV, n. 142, 4/8/1965, p. 59).

apresentador Sérgio Chapelin, essa frase foi dita cinco anos antes massacre do Carandiru: “A equipe do *Fantástico* reconstituiu as 26 horas de medo, violência e terror vividas pelos presos, soldados, funcionários e policiais e que resultaram na morte de trinta pessoas e mais de cinquenta feridos”.²³

A década de 1980 foi marcada por diversas rebeliões e fugas tanto na Penitenciária de São Paulo quanto na Casa de Detenção. No entanto, a rebelião de agosto de 1987 era anunciada, até então, como a maior em termos de vítimas. Anunciar como a maior na história sinaliza gravidade, o que gerou exigências imediatas de atuação, como será discutido em seguida. No entanto, diante de um quadro de rebeliões sucessivas e de muitas mortes, o cálculo de grandeza e gravidade foi perdendo base de referência. Como relata a historiadora Eda Góes, já em março de 1982, a Casa de Detenção havia sido invadida pela polícia militar, após reivindicações organizadas em torno das condições para a saída do presídio, resultando em 36 mortes; em dezembro de 1983, a polícia militar entrou na Penitenciária do Estado para revista nas celas, com espancamento e transferência clandestina de presos (Góes, 2009, pp. 141-3).²⁴

A década de 1980 foi marcada também pela “política de humanização dos presídios” implantada pelo governo de Franco Montoro e por seu secretário de Justiça, José Carlos Dias. De acordo com Fernando Salla, essa política “buscou dar transparência ao sistema e eliminar as práticas rotineiras de arbítrio, violência e tortura”, estabelecendo:

Novas práticas de gestão dos presídios por meio da criação de mecanismos de diálogo entre dirigentes e presos, renovação dos quadros técnicos [...], da reorganização dos serviços no sentido de contemplar uma política de reintegração dos presos na sociedade e de respeito aos direitos humanos. (Salla, 2007, p. 75)

Essa política sofreu forte oposição na imprensa, no debate público, nos poderes Judiciário e Legislativo e também no *staff* penitenciário, fazendo com que a política de humanização chegasse “ao final do governo Montoro profundamente desgastada” (Salla, 2007, p. 76). A rebelião de julho de 1987, poucos meses após a posse do governador Orestes Quércia, era, portanto, mais uma entre várias na década.

Três semanas depois do dia 29 de julho de 1987, essa nova rebelião estaria no centro das discussões da sessão ordinária da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. No dia 26 de agosto, o então deputado estadual José Dirceu (PT) levou ao plenário o pleito da Associação dos Agentes Penitenciários e dos Funcionários da Secretaria de Justiça por condições mínimas de trabalho e estabilidade (Diário Oficial do Estado de São Paulo, “Debate na Assembleia

[23] Para o registro do programa *Fantástico* do dia 2 de agosto de 1987, ver: <https://youtu.be/b1ZEK4xUVQc?si=oZg7YnOTwuUmcF__o> Acesso em: 13/1/2025.

[24] A autora relata a rebelião da Penitenciária de Araraquara e de Presidente Venceslau, ambas em 1986, e esta última resultando na morte de 34 pessoas em privação de liberdade.

Legislativa do Estado de São Paulo, 178ª Sessão Ordinária, de 26 de agosto de 1987”, Seção I, São Paulo, 97(172), 11/9/1987, p. 68 ss). Além disso, propunha uma reestruturação de fundo para pôr fim “à repressão desmedida aos presos” e inaugurar uma nova forma de gestão do sistema penitenciário que não fosse apenas voltada à construção de novos presídios, qualificados como “depósitos de seres humanos”. O então secretário de Justiça, Mário Sérgio Duarte Garcia, participava da sessão.

O coronel Erasmo Dias (PDS) foi um dos deputados estaduais a falar. Nesse momento houve a primeira menção à *desativação* que localizamos no *Diário Oficial do Estado de São Paulo* — em 1965 tratava-se de *demolição* para reconstrução, ou seja, não se tratava apenas de termos distintos, mas de propostas diferentes:

Como proposta final, apresentamos, há muitos anos, ao então Prefeito Olavo Setúbal, uma proposta para desativação de todo o sistema policial e militar, que vai desde o Palácio da Polícia até o Carandiru, transformando toda esta área inócua, de inúmeros quartéis que podem ser desativados e transformados em coisa mais funcional, desativando aquele presídio no-jento do Deic [Departamento Estadual de Investigações Criminais], desativando o presídio do Carandiru, a Penitenciária e a Casa de Detenção aqui da nossa Santana, pois não se admite que esses complexos fiquem no meio de centros populosos como São Paulo.

Digo mais, Sr. Presidente e Sr. Secretário, o índice mais baixo de uso do Metrô vai da Estação da Luz até o Carandiru, porque temos apenas quartel e penitenciária, que funcionam só aos domingos. Trata-se de uma proposta que existe no Deop [Departamento de Ordem Política] de São Paulo, já com nove anos também, até mais, e que o Governo, diante disso tudo, poderia trocar essa área por um conjunto habitacional, igual aos modelos que existem em Nova Iorque. Essa seria outra proposta que faríamos em colaboração com V. Excelência. (Diário Oficial do Estado de São Paulo, “Debate na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 178ª Sessão Ordinária, de 26 de agosto de 1987”, Seção I, São Paulo, 97(172), 11/9/1987, p. 68ss)

A fala do deputado é um importante marcador temporal (ver Quadro 1). Olavo Setúbal (Arena) ocupou o cargo de chefe do Executivo municipal entre 1975 e 1979, o que nos indica que as primeiras versões da proposta de desativação de Erasmo Dias datam já da década de 1970. Dias indica que o projeto teria “nove anos também, até mais”, o que nos faria retroceder ao menos para 1978. Além disso, sugere que a desativação seja de “todo o sistema policial e militar”, extrapolando os limites territoriais dos equipamentos situados no bairro do Carandiru, para transformar “toda esta área inócua” em

“coisa mais funcional”, com a sugestão de construção de um conjunto habitacional.

A essa proposta, o secretário de Justiça, Mário Sérgio Duarte Garcia, respondeu:

Com referência ao complexo do Carandiru, o governo anterior chegou a projetar a sua transformação, num projeto arquitetônico que visasse a tirar de lá o Carandiru. Isso foi arquivado. Eu procurei reestudá-lo e cheguei à seguinte conclusão: a Penitenciária do Estado mais a Casa de Detenção ocupam uma área cujo valor, segundo o orçamento da empresa que fez esses estudos, a Hidroservice, no Governo Montoro, é da ordem de 85 milhões de dólares. Houve uma valorização dessa área para 100 milhões de dólares, porque houve ali a inauguração daquele “shopping center” que, evidentemente, valorizou a área. Pensemos então em 100 milhões de dólares. A Penitenciária do Estado ocupa cerca de 80% da área. Se nós fôssemos vender aquela área por 100 milhões de dólares, o que equivale hoje a cinco bilhões de cruzados, não construiríamos doze penitenciárias. Mas pensemos em doze penitenciárias: com quinhentos presos em cada uma seriam 6 mil presos. O Carandiru comporta, com a penitenciária, mais o COC [Centro de Observação Criminológica], a Penitenciária Feminina e a Casa de Detenção, cerca de 9 mil presos. Então, nós estaríamos dispondo do Carandiru e não teríamos onde colocar os presos que dali tiraríamos. (Diário Oficial do Estado de São Paulo, “Debate na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 178ª Sessão Ordinária, de 26 de agosto de 1987”, Seção I, São Paulo, 97(172), 11/9/1987, p. 71)

Mário Sérgio Duarte Garcia apresenta uma conta simples. O valor do terreno não seria suficiente para compensar o número de vagas que precisariam ser criadas. No mesmo discurso, o secretário apontou que o Estado não poderia assumir o custo de construção de novas penitenciárias em virtude “de uma série de outros compromissos prioritários” e aponta tratativas com o Governo Federal, já “sensibiliza[do] com o problema de São Paulo”.²⁵

Mas, além do cálculo orçamentário, há uma série de pressupostos aqui. Em primeiro lugar, a ideia de desativar o “Complexo Prisional” (Penitenciária do Estado e Casa de Detenção) não era uma novidade e já havia sido considerada, inclusive com estudos de viabilidade econômico-financeira. Em segundo lugar, a desativação é avaliada como desejável — tanto é assim que o secretário havia retomado o projeto anterior. A partir da fala do deputado Erasmo Dias é possível depreender uma justificativa para a desativação: a localização do “Complexo Prisional” (“não se admite que esses complexos fiquem no meio de centros populosos como São Paulo”). Ela não é questionada pelo secretário, mas outra justificativa é também acrescentada, ainda que de

[25] “O custo para a construção de 20 penitenciárias é da ordem de 6 bilhões de cruzados, o que corresponde a menos da metade da folha de pagamento de um mês do Estado. No entanto, com esse valor, que equivale a 15 milhões de OTNs [Obrigações do Tesouro Nacional], o Estado não pode contar, uma vez que tem uma série de outros compromissos prioritários. Não obstante, o Governo já vem envidando esforços no sentido de obter financiamento do Governo Federal. Já estive com o Ministro da Justiça várias vezes, o Sr. Governador Orestes Quêrcia já esteve com o Presidente da República, que se sensibilizaram com o problema de São Paulo e está sendo encaminhada uma solução que permitirá que esse programa seja cumprido” (Diário Oficial do Estado de São Paulo, “Debate na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 178ª Sessão Ordinária, de 26 de agosto de 1987”, Seção I, São Paulo, 97(172), 11/9/1987, p. 71).

maneira menos direta: o “Complexo” teria de ser substituído por penitenciárias menores, de até quinhentas pessoas encarceradas. Além da localização em meio ao tecido urbano de São Paulo, é a própria dimensão arquitetônica dos edifícios que é colocada em questão para a gestão do sistema prisional. Em terceiro lugar, Garcia pressupõe que o terreno terá de ser vendido. O então bem público passaria a ser propriedade privada, o valor arrecadado viria da alienação do imóvel. Está implícito, portanto, que a desativação acarretaria também a demolição, uma vez que o novo proprietário do terreno mudaria seu uso. O valor a que ele se refere é da “área” — não das edificações, que, aliás, contam negativamente na contabilidade de atribuição de valor do terreno.

Os estudos realizados no decorrer do governo Montoro, mencionados pelo secretário, não foram localizados nos bancos de dados do Legislativo e do Executivo consultados nesta pesquisa. A reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* de 23 de agosto de 1983 trata do “Projeto urbanístico do Carandiru”, elaborado pelas empresas Hidroservice e Embraesp, a pedido do então secretário de Justiça, José Carlos Dias, envolvendo “a construção de conjunto habitacional de classe média com 85 mil unidades” na área da Casa de Detenção e da Penitenciária do Estado. De acordo com a reportagem:

*O empreendimento deverá ter financiamento federal e será entregue à iniciativa privada, de maneira a fornecer recursos para a construção de 20 pequenos presídios, que abrigarão em melhores condições os 1.500 presos da Penitenciária e os 6 mil da Casa de Detenção, além de criar 2.500 vagas e acabar com a superpopulação carcerária no estado de São Paulo.*²⁶

De todo modo, a 187ª sessão ordinária da Assembleia Legislativa continuou a tratar da rebelião de 1987 e da estrutura do sistema prisional paulista. A proposta de desativação não foi retomada por outros deputados e deputadas presentes. Mas a breve troca entre o deputado Erasmo Dias e o secretário Mário Sérgio Duarte Garcia já apresenta os elementos que se tornaram centrais para as discussões que estavam por vir.

O projeto de desativação tinha a finalidade de solucionar dois grandes problemas ao mesmo tempo. O primeiro pode ser caracterizado como de ingovernabilidade dos presídios, sendo a rebelião de 1987 um de seus marcos, mas não só ela. Garcia abre sua fala na Alesp afirmando que foi “obrigado a reconhecer” o “estado caótico” do sistema prisional.²⁷ Desativar a Penitenciária do Estado e a Casa de Detenção e substituí-las por prisões menores despontava como um caminho não só plausível, mas necessário. A menção a quinhentos presos não é aleatória: coincide com a recomendação das Regras

[26] “Pronta maquete do Projeto do Carandiru”, *O Estado de S. Paulo*, 23 ago. 1983, p. 44. O projeto ainda não foi localizado. O discurso de José Carlos Dias na Comissão Especial de Inquérito sobre o Sistema Carcerário (1983), que oferece detalhes da proposta, será analisado nas próximas etapas desta pesquisa (Alesp, CEI, Requerimento 147 de 12 de abril de 1983, v. II, p. 65-78).

[27] “Sr. Presidente e Srs. deputados, o nobre Deputado José Dirceu, antes de formular uma pergunta específica sobre a situação dos agentes penitenciários, formula uma série de considerações que, em última análise, se cingem a críticas ao sistema penitenciário, procurando de uma parte atribuir o estado caótico do sistema, que fui obrigado a reconhecer, e nem podendo ser diferente, a governos anteriores que S. Exa. afirma ter pertencido, à Arena e ao PDS” (Diário Oficial do Estado de São Paulo, “Debate na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 178ª Sessão Ordinária, de 26 de agosto de 1987”, Seção I, São Paulo, 97(172), 11/9/1987, p. 69).

Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos, adotada em 1955.²⁸

O segundo problema dizia respeito ao fragmento de território do bairro de Santana que abrigava a estrutura do barril prestes a explodir. Enquanto Erasmo Dias já sugere um uso específico — conjuntos habitacionais inspirados em Nova York —, Garcia vê o terreno simplesmente como fonte de financiamento para novas unidades carcerárias, sem discutir seu uso posterior, uma vez que o importante aqui é o ato da venda. Em ambos os caminhos, desativar equivale a demolir. Se o problema da capacidade prisional fosse solucionado, não parecia haver razão para manter a função de penitenciária ou o tijolo que tornava essa função possível. Mas seria preciso ainda um novo massacre e uma megarrebelião para trazer a discussão novamente à tona.

Os dois problemas refletem processos de tomada de decisão no interior de políticas públicas prisionais e de planejamento urbano. Ambos estão conectados: para planejar outros usos para o espaço do Complexo Prisional, era preciso desativar e demolir, mas também construir novas unidades penitenciárias. A desativação dependia da criação de novas vagas para transferência das pessoas em privação de liberdade e *também* de um plano para a área uma vez que perdesse sua função prisional. As decisões caminhavam juntas.

ÀS VÉSPERAS DO MASSACRE: DESATIVAR DA LUZ AO CARANDIRU

Às vésperas do massacre, o deputado Erasmo Dias elaborou as indicações n. 950/1990, n. 33/1991 e n. 1.493/1992, que recomendavam ao Executivo a desativação não só da Casa de Detenção, mas também de um conjunto de edifícios com função prisional e policial.²⁹ As três apresentam conteúdo idêntico. Fornecem justificativas urbanísticas e de política criminal para legitimar a desativação, o que nos leva à reprodução integral do texto:

A urbanização crescente do Município, a par da melhor viabilização da ocupação do solo e dos sistemas de transporte, não coaduna com a situação existente da Luz ao Carandiru. O complexo policial penitenciário, englobando o Palácio da Polícia, aquartelamentos da Polícia Militar, Casa de Detenção e Penitenciária, desvirtua a nobre área que ocupam, que poderia ser otimizada dentro de aspectos urbanísticos e mesmo sociais muito mais relevantes junto ao que de mais eficiente existe no Município de São Paulo, em termos de transporte, basta que se observem o sistema ferroviário da Luz, da Júlio Prestes e do próprio Metrô. Da mesma forma, o próprio complexo policial-penitenciário não responde às necessidades e mesmo a uma racionalidade e eficiência desejável desses Órgãos. A área da Luz ao Carandiru, ao longo do Metrô e das Avenidas Tiradentes e Cruzeiro do

[28] Recomendações 63.3 às regras mínimas estabelecidas a padronização do tratamento aos presos, adotadas pelo Primeiro Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e do Tratamento de Infratores, realizado em Genebra em 1955, e aprovados pelo Conselho Econômico e Social por meio de suas resoluções 663 C (XXIV) de 31 de julho de 1957 e a 2.076 (LXII) de 13 de maio de 1977. Disponível em: <https://www.unodc.org/pdf/criminal_justice/UN_Standard_Minimum_Rules_for_the_Treatment_of_Prisoners.pdf>. Acesso em 18/9/2022. O dispositivo foi reproduzido literalmente nas Regras de Mandela para Tratamento dos Reclusos (2015): “O número de detentos em unidades prisionais fechadas não deve ser grande demais a ponto de coibir o tratamento individualizado. Em alguns países, entende-se que a população de tais unidades não deve passar de quinhentos detentos. Em unidades abertas, a população deve ser a menor possível” (Recomendação 89.3). Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/a9426e51735a4d0d8501fo6a4ba-8b4de.pdf>>. Acesso em 18/9/2022.

[29] O texto completo das indicações é reproduzido na fala do deputado em 25 de novembro de 1992, o que garantiu acesso ao conteúdo, uma vez que o site oficial da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo apenas registra essas indicações, sem disponibilizar a íntegra. Para a íntegra das indicações, ver Diário Oficial do Estado de São Paulo, “Debate na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 319^a Sessão Ordinária, de 18 de novembro de 1992”, Seção I, São Paulo 102(223), 25/11/1992, pp. 90-1.

Sul, poderia abrigar conjuntos habitacionais, de instrução e lazer condizentes com a nobreza e características especiais da localização. Desde a década de 70 temos defendido a tese exposta a par da edificação em áreas mais adequadas desses complexos, tanto policiais quanto penitenciários. No Município de São Paulo, em sua periferia, existem áreas apropriadas com infraestruturas compatíveis onde poderiam ser instalados esses órgãos dentro das mais modernas técnicas recomendáveis. A imprensa noticia que problemas semelhantes estão sendo resolvidos com apoio da iniciativa privada em Florianópolis e no Rio de Janeiro.

INDICO ao Poder Executivo seja o complexo policial-penitenciário da Luz ao Carandiru substituído por núcleos habitacionais, de lazer, de instrução, através de concorrência pública em que a iniciativa privada colaboraria edificando em áreas outras as instalações policiais e penitenciárias equivalentes.

Há uma série de argumentos importantes nessa exposição de motivos. Dias opõe o que entende por “urbanização crescente do Município” à situação da Luz ao Carandiru. O que ele chama de “complexo policial-penitenciário” é a marca do atraso em contraposição à modernização. Não é “racional” ou “eficiente”, em termos de utilidade e aproveitamento do solo e dos equipamentos urbanos, como a malha de transporte público, manter essas funções no lugar onde estavam. Já em 1987, na sessão legislativa com o secretário de Justiça, que comentamos na seção anterior, Erasmo Dias apresentava formulação semelhante: “Digo mais, Sr. Presidente e Sr. Secretário, o índice mais baixo de uso do Metrô vai da Estação da Luz até o Carandiru, porque temos apenas quartel e penitenciária, que funcionam só aos domingos”.³⁰

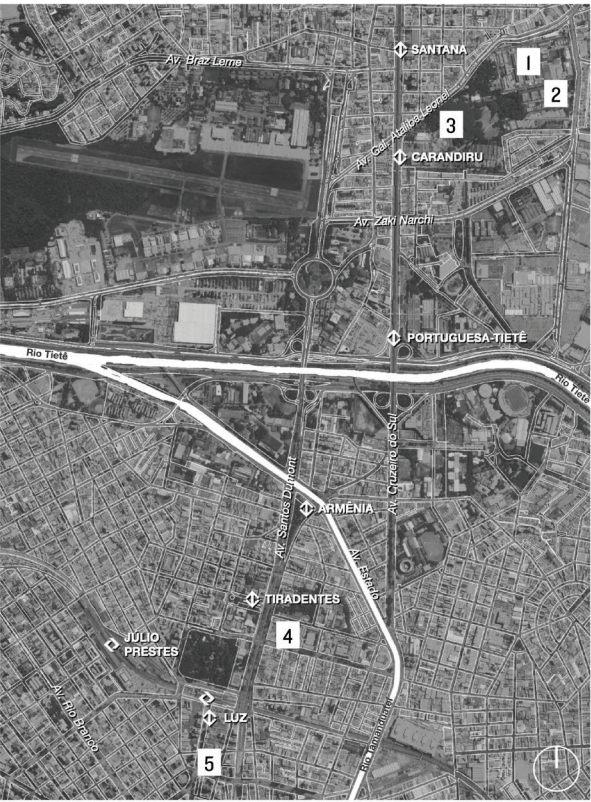
Mas o argumento vai além. A ausência de critérios de racionalidade e eficiência percebida pelo deputado é territorialmente situada. O uso para atividades prisionais e policiais “desvirtua a nobre área que ocupam”, não apresentam usos e aspectos “condizentes com a nobreza e características especiais da localização”. A desativação pressupõe sua transferência para “áreas apropriadas com infraestruturas compatíveis” na periferia de São Paulo. A divisão centro-periferia é central na imagem de cidade que orienta sua fala. O centro merece funções condizentes com sua suposta nobreza e seus investimentos públicos em infraestrutura, e a presença dos equipamentos prisionais e das penitenciárias é, em sua visão, uma inadequação gritante.

A fala de Erasmo Dias pressupõe uma cartografia específica dos equipamentos prisionais e policiais concentrados territorialmente em alguns bairros centrais. Ela é retratada no Mapa 1, que atualiza os pontos de referência mencionados para uma configuração espacial atual, de forma a dimensionar a extensão da área a que Dias se referia.

[30] Diário Oficial do Estado de São Paulo, “Debate na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 178^a Sessão Ordinária, de 26 de agosto de 1987”, Seção I, São Paulo, 97(172), 11/9/1987, p. 71.

MAPA I

Territorialização do “complexo policial-penitenciário”



MUNICÍPIO DE SÃO PAULO



Referências indicadas por Erasmo Dias

LEGENDA

- Estação do Metrô
- Estação de trem (CPTM)

- “Penitenciária do Estado” ou “Presídio do Carandiru” (hoje ocupada pela “Penitenciária Feminina de Sant’Anna”)
- “Penitenciária [Feminina da Capital]”
- “Casa de Detenção” (hoje ocupada pelo “Parque da Juventude Dom Evaristo Ams”, “ETEC de Artes”, “Biblioteca de São Paulo”)
- “Aquartelamentos da Polícia Militar” (ROTA e outros)
- “Palácio da Polícia” (Palácio da Polícia Civil de São Paulo)

Elaborado por Vitor Nisida a partir de software.

A linha azul do metrô, a mais antiga da cidade, serve de ponto de apoio para termos a dimensão do perímetro de desativação proposto pelo deputado desde a década de 1970 até 1992. Entre a estação da Luz e a estação Carandiru, há algo em torno de 3,5 quilômetros de distância e outras três estações de metrô: Tiradentes, Armênia e Tietê, hoje denominada Portuguesa-Tietê. Erasmo Dias entende essa área como um bloco composto de “apenas quartel e penitenciária”. À primeira vista, poderíamos pensar apenas que Dias erra ou desconhece as características desse território. Afinal, o recorte espacial feito por ele abarca muito mais do que a Penitenciária do Estado e a Casa de Detenção e dificilmente poderia ser descrito como apenas “quartel e penitenciária”, mesmo no período em que anuncia esse argumento. Há, evidentemente, uma pluralidade maior de usos ao longo desse eixo. Além disso, uma das estações de metrô que o coronel entende ser subutilizada é justamente a da Luz, até hoje uma das maiores

estações em termos de tamanho e frequência de passageiros, mas que já era um ponto central de fluxo de passageiros à época. Na visão espacial de Dias, os equipamentos policiais e penitenciários são vazios de fluxo na cidade (“o índice mais baixo de uso do Metrô vai da Estação da Luz até o Carandiru, porque temos apenas quartel e penitenciária, que funcionam só aos domingos”). A ideia de que funcionem apenas aos domingos é sugestiva dos dias de visita nas prisões e equipamentos policiais. Os trabalhadores desses equipamentos são excluídos do fluxo na cidade ou, ao menos, não são relevantes o suficiente para justificar acesso privilegiado ao transporte público.

Mas Erasmo Dias é um ator social que conhece exatamente o solo em que está pisando. Entre 1974 e 1978, foi o secretário de Segurança do Estado de São Paulo, o coronel responsável por operações de rondas policiais da Rota e outros destacamentos que transformaram a cidade em “corpo esquadrinhado”, selecionando bairros que permaneceriam sob constante suspeita (Fernandes, 1989). Ao mesmo tempo, há aqui uma tensão, na medida em que Dias entende que as funções de prisão e polícia integram um mesmo conjunto. Tendo assumido posições de comando na polícia, não seria de esperar que se tornasse um porta-voz da desativação de seus estabelecimentos, afirmando seu *status* nada nobre na cidade.

Dias, no entanto, não era o único a vocalizar que áreas centrais de São Paulo deveriam ter usos mais nobres e com maior aproveitamento. O primeiro projeto desenvolvido para a Luz, “Área da Luz — Renovação Urbana”, liderado pelo escritório do arquiteto Rino Levi em 1975, buscou problematizar as transformações da região após a construção do metrô, que atravessava o bairro central (Linha 1 — Azul). Esse primeiro estudo apontava possíveis reorganizações do sistema viário, estabelecendo a área da Luz como local estratégico para a circulação de maior escala e propondo a melhoria das articulações com o próprio centro histórico e a várzea urbanizada do rio Tietê. Ele contemplava a preservação de bens de interesse histórico e cultural em face do iminente desenvolvimento pelo qual passaria a região com a conclusão do metrô. O trabalho foi, contudo, ignorado. Na década de 1980, as intervenções diretas na região da Luz foram colocadas em segundo plano, sendo substituídas pelo programa “Projeto Luz Cultural”, elaborado no âmbito da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo com o intuito de atrair novos moradores e funções para o bairro, buscando a reversão de um espaço percebido como degradado.³¹ Dias acrescenta a dimensão policial e prisional à equação, estendendo seu perímetro até Santana. Nada mais degradante e estigmatizado do que uma Casa de Detenção que o deputado nomeou, meses mais tarde, como “barril de pólvora”.³²

[31] Para a análise das diferentes intervenções urbanísticas na região da Luz até o projeto Nova Luz, de 2005 e 2009, ver Vitor Coelho Nisida (2011).

[32] “A Casa de Detenção é a expressão mais flagrante da inoperância do sistema carcerário-penitenciário! Com capacidade para cerca de 3 mil detentos, abriga mais de 7 mil em condições flagrantemente em desacordo com a legislação que rege o assunto sem atender às regras mínimas básicas do cumprimento da pena pelo apenado. [...] Assim, vez por outra, como ultimamente em 1982, 1985 e agora em 1992, o ‘barril de pólvora’ explode” (voto em separado do deputado Erasmo Dias, “Relatório Final da CPI/Alesp”, v. XXI, fls. 7507, 1992, p. 83).

Se antes, em 1987, o argumento indicava que a inadequação dizia respeito à localização “no meio de centros populosos como São Paulo”, nas indicações de 1990-92 vemos que o que Dias entende por cidade não abarca todo o território da circunscrição do município — o “centro populoso” não é a cidade inteira. O problema é o fato de o “complexo policial-penitenciário” estar na área central, uma área que entende como *sua* — daí a expressão “nossa Santana”, já em 1987. Por isso, sugerir que essas funções fossem transferidas para a periferia não é um contrassenso em sua argumentação, uma vez que é pressuposto que a periferia não é cidade. Levar esses equipamentos policiais e prisionais para áreas periféricas era extirpá-los da cidade, mantendo firme a demarcação entre espaço urbano, por um lado, e espaço do cárcere, por outro. Fica em aberto para novas pesquisas se e como essa proposta se relaciona com a interiorização penitenciária decorrente da desativação da Casa de Detenção, que levou unidades prisionais para diversos municípios paulistas bastante distantes da capital e mesmo da Região Metropolitana, a partir da segunda metade dos anos 1990.³³

[33] Esse processo é analisado e documentado em detalhes por Rafael Godoi (2017).

APÓS O MASSACRE: DESATIVAR O INFERNO, A MÉDIO PRAZO

Se, nos pronunciamentos anteriores, Erasmo Dias se apoiava nas ideias de desativação do complexo policial-penitenciário que defendia há duas décadas, logo após o massacre o escopo espacial se reduz à Casa de Detenção e a tônica dos discursos é de certa forma conciliatória e projetada para o que é possível fazer “a médio prazo”.

No dia 18 de novembro de 1992, o deputado coronel Erasmo Dias viria novamente ao plenário da Assembleia Legislativa de São Paulo para apresentar sua resposta às conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada para “apurar os fatos ocorridos no Pavilhão 9 da Casa de Detenção de São Paulo em 2 de outubro último”. Durante 45 dias, a comissão tomou mais de quarenta depoimentos, de “civis”, “militares” e “detentos”, reuniu documentos, relatórios e perícias, totalizando quase 8 mil páginas.³⁴ O relatório final, redigido em primeira pessoa pelo relator deputado Vicente Botta (PTB), utiliza o termo desativação uma única vez, mas para se referir ao Presídio da Ilha Anchieta, desativado após “fugas, rebeliões e mortes”, conforme recomendação da Comissão de Inquérito da própria Alesp à época. No que diz respeito à Casa de Detenção, o relator se pergunta se “seria agora aconselhável pedir a interdição do presídio do Carandiru”. A resposta é negativa:

[34] Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de apurar os fatos ocorridos no Pavilhão 9 da Casa de Detenção de São Paulo, no dia 2 de outubro de 1992. Relator Deputado Vicente Botta (PTB), 1º de dezembro de 1992.

A solução do nosso problema prisional não está apenas na construção de novos presídios. Nem bastaria atender a Resolução da ONU de 15/8/55

para manter-se, no máximo, quinhentos detentos em cada uma delas. [...] Nem bastaria intentar reeducar esses presos. É preciso diminuir grandemente o nascimento de outros.

1) Fosse possível, proporia a imediata interdição do Presídio do Carandiru com a transferência de todos os detentos para outros presídios. As suas instalações, principalmente no que diz respeito às celas, são simplesmente vergonhosas. 2) Reconhecendo não ser isso possível, por falta de lotação nos presídios do Estado, sugere-se o imediato exame da conveniência da diminuição do número de detentos ali abrigados, redistribuindo-os para onde se consiga mantê-los. (Relatório Final da CPI/Alesp, 1992, p. 5)

No relatório final da CPI, portanto, o obstáculo à desativação é a falta de vagas. E o caráter nada prioritário da medida fica escancarado na “sugestão” de um “exame de conveniência” da redução do número de detentos.

Dois deputados membros da CPI apresentaram votos em separado, o próprio Erasmo Dias e Elói Pietá (PT). Este último, em 107 páginas, narrou o 2 de outubro a partir dos relatórios da Pastoral Carcerária, da Comissão Teotônio Vilela e da Human Rights Watch, da perícia realizada no local e, sobretudo, dos depoimentos dos sobreviventes que, ouvidos pela CPI, tiveram suas versões explicitamente excluídas do relatório final.³⁵ O voto de Elói Pietá insere os fatos no quadro mais amplo das políticas penitenciárias e de segurança pública — “políticas públicas insustentáveis, errôneas, ilegais, estimulatórias da violência policial” — implantadas pelo governo estadual.³⁶ E afirma a responsabilidade política do governador e do secretário de Segurança, a responsabilidade criminal dos demais envolvidos na operação e, ao final, propõe treze medidas judiciais, administrativas e legislativas, entre as quais “a desativação gradativa da Casa de Detenção”.³⁷

Já Erasmo Dias, em 25 de novembro de 1992, diante da Assembleia, havia sintetizado seu voto em três pontos: “isenção de crime por parte da Polícia Militar, que entendemos cumpriu o seu dever legal reagindo com legítima defesa; responsabilidade do Poder Executivo, do Governador, do Secretário de Segurança e Diretor da Casa de Detenção e recomendação quanto à desativação da Casa de Detenção”.³⁸ Erasmo Dias e Elói Pietá coincidem na necessidade de desativar e na responsabilização das autoridades civis, mas divergem fortemente no que diz respeito à compreensão global do 2 de outubro e, consequentemente, à responsabilização dos policiais militares que participaram da invasão ao Pavilhão 9.

Na sessão legislativa de 30 de novembro, Erasmo Dias viria a precisar o lugar que, em sua visão, deveria abrigar os novos presídios:

[35] “Em 28 de outubro, durante a sexta reunião, foram ouvidos na Casa de Detenção, os detentos [...]. Destes depoimentos pouco se pôde aproveitar.” E após selecionar breves trechos que haviam relatado, conclui “tudo isso de forma fantasiosa, revelou inconsistência e falta da verdade para, ao que se depreende, fazer dos policiais instrumentos de ódio e vingança”. Relatório Final da CPI/Alesp, 1992, p. 2.

[36] Voto em separado do deputado Elói Pietá na CPI da Alesp, v. XXI, fls. 7.639, 1992, p. 216.

[37] Ibidem, fls. 7.640, p. 217.

[38] Diário Oficial do Estado de São Paulo, “Debate na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 319ª Sessão Ordinária, de 18 de novembro de 1992”, Seção I, São Paulo, 102(223), 25/11/1992, p. 90.

Como exemplo, a desativação do Complexo do Carandiru — área nobre de Santana — através da concorrência pública na iniciativa privada que se obrigaria a construir pelo menos 3 a 6 penitenciárias do regime fechado para 500 presos cada e 10 a 20 sistemas prisionais semiaberto de 1.000-1.500 apenados cada, em áreas nos eixos da Bandeirantes, Castelo Branco, Trabalhadores e Imigrantes, com laborterapia ocupacional identificada com essas áreas, tendo em contrapartida a obrigação de, na área nobre, edificar conjuntos urbanísticos de elevado valor social com infraestrutura compatível, tudo sem ônus para o Estado. Isso tudo, logicamente, em plano de médio prazo que, eliminando o “inferno” da Detenção, valorizaria a nobre área de Santana e ao mesmo tempo propiciaria no mínimo o triplo de vagas das atuais Penitenciárias e Casas de Detenção. (Diário Oficial do Estado de São Paulo, “Debate na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 346ª Sessão Ordinária, de 8 de dezembro de 1992”, Seção I, 102(232), 8/12/1992, p. 63)

Nessa nova formulação, desativar a Casa de Detenção é eliminar um “inferno” que só se realizaria a médio prazo, com a construção de treze a 26 novas unidades para triplicar as vagas da época, tudo por “concorrência pública na iniciativa privada”, “sem ônus para o Estado”. Uma posição que não afronta o relatório final da CPI e atesta a impossibilidade temporária de desativação por ausência de vagas no sistema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No dia 8 de dezembro de 2002, os pavilhões 6, 8 e 9 foram implodidos. Os pavilhões 2 e 5 foram demolidos apenas três anos depois, em julho de 2005. Não é incomum encontrar descrições que resumem esse processo em poucas linhas e com compressões temporais, como se a demolição tivesse sido um único ato ou evento. Mostramos que se trata, antes, de um longo processo, com diversos atores sociais, em diferentes âmbitos de poder, e propostas em seus arranjos ao longo do tempo. Ainda que haja variação entre as propostas, em todas há o fio condutor comum da demolição.

Demolir está vinculado diretamente à materialidade do prédio; diz respeito a colocar abaixo tijolo e concreto. *Desativar*, por outro lado, faz referência ao funcionamento da instituição prisional. Em 1965, o vereador Helio Dejtiar defende a *demolição* com *desativação* de seu funcionamento, que submetia pessoas encarceradas a condições tão desumanas que as levava ao suicídio. Mas, nesse primeiro momento, o problema identificado por Dejtiar é a arquitetura interna das celas e a proposta é demolir para construir novamente, reativando, no mesmo lugar, uma nova unidade prisional que seguisse os mínimos padrões de legalidade. Nesse aspecto, a cidade está fora da equação,

uma vez que, para o vereador, a *desativação* não passa por qualquer necessidade de deslocamento territorial.

O espaço urbano passa a ser central para as propostas seguintes, do fim da década de 1970 até o início dos anos 1990, seja do ponto de vista dos deputados Erasmo Dias e Elói Pietá, seja do Executivo, ver Quadro 1 a seguir. Sucessivos massacres consolidam o diagnóstico de que um Complexo Prisional como o da Casa de Detenção não poderia mais *existir*, seja em razão de seu tamanho, modo interno de funcionamento e localização tão central na cidade de São Paulo. Aqui, *desativar* pressupõe criar as condições de funcionamento de outras instituições prisionais, menores, na periferia ou fora da cidade. A transferência territorial também pressupõe *demolir*, mas com a finalidade de dar novo uso ao terreno e reconfigurar a transformação urbana do bairro de Santana. Os usos almejados na época partiam do pressuposto de que o terreno seria vendido. Os cálculos de viabilidade consideravam que os prédios seriam postos abaixo para dar lugar a conjuntos habitacionais ou outras intervenções urbanas levadas adiante por agentes privados.

Ainda que demolir e desativar tenham contextos em arranjos distintos, os atores se movimentam em um registro em que *desativar* é *demolir*. E demolir é também desativar, mas não porque os atores envolvidos nesse processo de décadas sejam contrários à própria existência das unidades prisionais; pelo contrário, eles aliam considerações de política prisional a diagnósticos sobre a transformação urbana para projetar como entendem o funcionamento do modelo carcerário em São Paulo. É importante registrar que todas as propostas respondem a episódios de supressão da vida por meio da violência de Estado, seja aos massacres ocorridos ao longo da década de 1980, seja aos suicídios da década de 1960. São também projetos que fracassam, apesar de as demolições terem ocorrido décadas depois. Não houve demolição para nova construção no mesmo lugar, como queria Dejtár. Não houve desativação de todo o “complexo penitenciário-prisional”, como queria Erasmo Dias. Os usos para a área que, por fim, se tornou parque público foram intensamente disputados a partir da década de 1990 — o terreno não foi vendido e as bases para a equação desenhada pelo Executivo na década de 1980 não se estabeleceram.

Não há, portanto, um ato normativo ou um conjunto de atos normativos que explicitem quem decidiu e como decidiu. A análise das propostas de desativação e demolição da Casa de Detenção antes do massacre revelam, seja do ponto de vista do Legislativo, seja do Executivo, projetos distintos em disputa, envolvendo tanto concepções do sistema prisional quanto do espaço urbano. Nesse período, as decisões tomadas pelas administrações municipal e estadual chegam à conclusão da impossibilidade temporária da desativação e da demolição.

QUADRO I
Marcadores temporais e espaciais das propostas de desativação da Casa de Detenção

Mandatos	Janeiro de 1963 a junho de 1966	Março de 1975 a março de 1979	Março de 1983 a março de 1987	Março de 1987 a março de 1991	Março de 1991 a janeiro de 1995
Governo do Estado	Adhemar Pereira de Barros	Paulo Egydio Martins (Arena)	Franco Montoro (PMDB)	Orestes Quércia (PMDB)	Luiz Antônio Fleury Filho (PMDB)
Secretário de Justiça do Estado de São Paulo	Ernesto de Moraes Leme (24/6/1964 a 24/8/1965)	Manoel Pedro Pimentel	José Carlos Dias (1983-1986) Eduardo Augusto Muylaert Antunes (1986-1987)	Mário Sérgio Duarte Garcia	Manuel Alceu Afonso Ferreira
Prefeito de São Paulo	José Vicente de Faria Lima (março de 1965 a março de 1969)	Olavo Setúbal (Arena) (agosto de 1973 a julho de 1979)	Mário Covas (PMDB) (maio de 1983 a dezembro de 1985) Jânio Quadros (PTB) (janeiro de 1986 a dezembro de 1988)	Jânio Quadros (PTB) (janeiro de 1986 a dezembro de 1988) Luiza Erundina (PT) (janeiro de 1989 a dezembro de 1993)	Luiza Erundina (PT) (janeiro de 1989 a dezembro de 1993) Paulo Maluf (janeiro de 1993 a dezembro de 1996).
Primeira marcação temporal e eixo institucional da proposta	1965: do Legislativo municipal para o Executivo e o Judiciário estaduais Vereador Helio Dejtari pede providências para que “a atual Casa de Detenção de São Paulo seja demolida, construindo-se em seu lugar outra, de acordo com a lei brasileira e com a ciência penitenciária brasileira”	1978: do Legislativo estadual para o Executivo municipal Deputado coronel Erasmo Dias informa haver apresentado à prefeitura uma proposta para a “desativação de todo o sistema policial e militar, que vai desde o Palácio da Polícia até o Carandiru” e para “trocar essa área por conjunto habitacional”	1983: no Executivo estadual O jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> informa sobre o “Projeto Urbanístico do Carandiru”, elaborado pelas empresas Hidroservice e Embraesp, a pedido do secretário de Justiça José Carlos Dias	1987: no Executivo estadual O secretário de Justiça Mário Sérgio Duarte Garcia informa que seu governo reanalisou o projeto de desativação apresentado pelo governo Montoro, chegando à conclusão de que era inviável 1990-1992: do Legislativo estadual para o Executivo estadual Indicações do deputado Erasmo Dias detalham proposta que já havia sido formulada nos anos 1970	1992: no Legislativo estadual (CPI) Relatório Final da CPI não considera “possível” a “imediata interdição do Presídio do Carandiru”. Votos em separado de Erasmo Dias e Elói Pietá recomendam a desativação da Casa de Detenção 1992: no Legislativo estadual Deputado Erasmo Dias em sessão legislativa

Mandatos	Janeiro de 1963 a junho de 1966	Março de 1975 a março de 1979	Março de 1983 a março de 1987	Março de 1987 a março de 1991	Março de 1991 a janeiro de 1995
Núcleo da proposta de transformação	<p>Demolir e construir outra Casa de Detenção no mesmo lugar</p> <p>(<i>demolir sem desativar: a questão é o uso interno da edificação</i>)</p>	<p>Desativar, demolir, construir conjunto habitacional</p> <p>(<i>desativar é demolir: a questão é a presença das edificações naquele território</i>)</p>	<p>Desativar, demolir, entregar para a iniciativa privada, obter financiamento do governo federal, construir conjunto habitacional de classe média na área e construir vinte novos “pequenos presídios”</p> <p>(<i>desativar é demolir: a questão é a presença das edificações naquele território</i>)</p>	Não identificada nova proposta	<p>Desativar, demolir, entregar para iniciativa privada, construir “conjuntos urbanísticos de elevado valor social com infraestrutura compatível”, construir penitenciárias e unidades de semiaberto</p> <p>(<i>desativar é demolir: a questão é a presença das edificações naquele território</i>)</p>
Marcador espacial da desativação	“Casa de Detenção” (à época existiam os Pavilhões 2, 5, 8 e 9)	“Complexo policial penitenciário” (da Luz ao Carandiru)	“Penitenciária do Estado” e “Casa de Detenção”	Não identificada nova proposta	“Complexo do Carandiru” (na ausência de especificações, inferimos “Penitenciária do Estado” e “Casa de Detenção”)
Fonte	<p>Discurso do vereador Helio Dejtiar na Câmara de Vereadores (4/8/1965).</p> <p>Reportagem do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> com a íntegra de ofício do diretor da Casa de Detenção (1/8/1965)</p>	Discurso do deputado Erasmo Dias na Alesp (29/7/1987)	<p>Reportagem do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> (23/8/1983)</p> <p>Discurso de Mário Sérgio Duarte García na Alesp (29/7/1987)</p>	Discurso de Mário Sérgio Duarte García na Alesp (29/7/1987)	Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o massacre do Carandiru na Alesp

Elaborado pelos autores.

No fim de dezembro de 1993, o então governador do Estado, Luiz Antônio Fleury Filho, apresentou um projeto de lei à Alesp para desincorporar a propriedade do Complexo do Carandiru, transformando sua função de bem de uso especial para bem dominical, ou seja, que pode ser alienado, passo jurídico necessário para a venda de bens integrantes do patrimônio público. Essa alteração ativou disputas para alterar os parâmetros construtivos e de zoneamento no terreno, com projetos de lei concorrentes na Câmara Municipal de São Paulo. As iniciativas tentaram dar concretude ao plano de levar adiante uma parceria público-privada em que a transformação urbana futura pudesse atrair empresas para resolver também o nó prisional, construindo novas unidades. As iniciativas pós-massacre serão analisadas em outros artigos, mas a pesquisa até aqui já nos permite afirmar que essas propostas foram, também, fracassadas.

Este artigo consegue, assim, contribuir com a reconstrução das propostas de desativação e demolição da Casa de Detenção antes do massacre do Carandiru. O primeiro ponto, decisivo, é que as propostas de desativação não tiveram início com o massacre de 2 de outubro no Pavilhão 9. Elas são muito anteriores. Encontramos registros que remontam a 1965, ou seja, ao período em que alguns pavilhões haviam acabado de ser inaugurados, o que sugere que as propostas de desativação nasceram com a própria inauguração das unidades prisionais. Assim, ainda que o massacre seja um dos mais importantes acontecimentos recentes da história do país, não é, contraintuitivamente, o seu estopim. Como vimos, 1992 pode ser lido como uma precipitação de chacinas e massacres que haviam se tornado parte da vida na Casa de Detenção. O segundo ponto é a dilatação temporal: não há um ato de desativação, temporalmente demarcado e recortado, que possa ser atribuído a agentes públicos específicos, mas um conjunto de idas e vindas, com diversos agentes. E, em terceiro, não é possível compreender as propostas em disputa — nem sequer formular as perguntas que estão na origem deste artigo e deste projeto de pesquisa — sem que o olhar que articula a política prisional com análises espaciais seja exercitado.

BIANCA TAVOLARI [<https://orcid.org/0000-0002-1755-0629>] é professora de direito na FGV Direito SP e pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). É também principal investigador do Maria Sibylla Merian Centre (Mecila) e coordenadora da sessão “As cidades e as coisas” na revista *Quatro Cinco Um*. Integra os Conselhos Consultivos da Frente Parlamentar pelos Centros Urbanos, do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-SP) e do Instituto Pólis. Foi professora do Insper entre 2018 e 2023, onde coordenou o Núcleo de Questões Urbanas e coordenou o Observatório do Plano Diretor. Foi professora visitante na Universidade de St. Gallen, na Suíça. É doutora, mestre e graduada em direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; é também graduada em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Participou da concepção da pesquisa, escrita e revisão do artigo.

Editora responsável: Renata Francisco.

Recebido para publicação
em 6 de novembro de 2023.

Aprovado para publicação
em 21 de janeiro de 2025.

NOVOS ESTUDOS

CEBRAP

131, jan. –abr. 2025
pp. 1-27

MAÍRA ROCHA MACHADO [<https://orcid.org/0000-0003-1303-5790>] é professora permanente do programa de mestrado e doutorado acadêmico da FGV Direito SP desde 2008. Atua na Rede de Estudos Empíricos em Direito (Reed) desde sua fundação. Entre 2005 e 2022 coordenou e desenvolveu pesquisas no Núcleo de Estudos sobre o Crime e a Pena. Atualmente, coordena o Grupo de Pesquisa em Direito e Violência de Estado da FGV Direito SP e dedica-se à formação de juristas-pesquisadore(a)s. Participou da concepção da pesquisa, escrita e revisão do artigo.

VITOR NISIDA [<https://orcid.org/0000-0002-4940-6218>] é arquiteto urbanista, com graduação (2012) e mestrado (2017) pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Trabalha no campo do planejamento territorial, direito à cidade e políticas urbanas e habitacionais. Integra a equipe do Instituto Pólis e é colaborador de pesquisa no Cebrap. Fez parte do coletivo LabLaje, do Grupo de Trabalho Racismo e Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), do Observatório de Remoções (USP/UFABC) e do Núcleo de Apoio à Relatoria da ONU para o Direito à Moradia Adequada (2010-2014). Participou da concepção da pesquisa, escrita e elaboração do mapa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Araújo, Fábio. “A prisão e a produção do espaço urbano: territorialidades carcerárias”. In: Mallart, Fábio; Godoi, Rafael (orgs.). *BR111: a rota das prisões brasileiras*. São Paulo: Veneta, 2017.
- Bianchini, Douglas Alves. *Do Carandiru ao Parque da Juventude: reconstrução da paisagem urbana*. Dissertação (mestrado em arquitetura e urbanismo). São Paulo: PPGAU/Universidade Presbiteriana, 2018.
- Bisilliat, Maureen (org.). *Aqui dentro. Páginas de uma memória: Carandiru*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Fundação Memorial da América Latina, 2003.
- Borges, Viviane Trindade. “Carandiru: os usos da memória de um massacre”. *Revista Tempo e Argumento*, v. 8, n. 19, 2016.
- Borges, Viviane Trindade. “Memória pública e patrimônio prisional: questões do tempo presente”. *Revista Tempo e Argumento*, v. 10, n. 23, 2018.
- Cappi, Riccardo. “A teorização fundamentada nos dados’: um método possível na pesquisa empírica em direito”. In: Machado, Máira Rocha. *Pesquisar empiricamente o direito*. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017.
- Diário Oficial do Estado de São Paulo. “Debate na Câmara Municipal de São Paulo, 184ª Sessão Ordinária, de 2 de agosto de 1965”. São Paulo: *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, ano LXXV, n. 142, 4/8/1965.
- Diário Oficial do Estado de São Paulo. “Governador manda demolir a antiga Casa de Detenção”. São Paulo: *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, ano LXXXI, n. 163, 28/8/1971.
- Diário Oficial do Estado de São Paulo. “Debate na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 178ª Sessão Ordinária, de 26 de agosto de 1987”, Seção I. São Paulo: *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 97(172), 11/9/1987.
- Diário Oficial do Estado de São Paulo. “Debate na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 319ª Sessão Ordinária, de 18 de novembro de 1992”, Seção I. São Paulo: *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 102 (223), 25/11/1992.
- Diário Oficial do Estado de São Paulo. “Debate na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 346ª Sessão Ordinária, de 8 de dezembro de 1992”, Seção I. São Paulo: *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 102(232), 8/12/1992.
- Estevez, Alejandra; Almeida, Priscila. “Lugares de memória da ditadura: disputas

- e agenciamentos nos processos de construção do 1º BIB Barra Mansa (Rio de Janeiro) e da Casa Marighella — Salvador (Bahia)”. *Tempo: Dossiê Lugares de Memória e de Consciência na América Latina*, v. 27, n. 1, 2021.
- Fernandes, Heloisa Rodrigues. “Rondas à cidade: uma coreografia de poder”. *Tempo Social*, v. 1, n. 2, 1989.
- Ferreira, Carolina; Ferreira, Luísa; Barros, Matheus de. “Massacre do Carandiru: a proximidade de um desfecho para o processo criminal?” Nota técnica. *Memória Massacre Carandiru*, 17/11/2022. Disponível em: <<https://www.massacrecarandiru.org.br/post/massacre-do-carandiru-a-proximidade-de-um-desfecho-para-o-processo-criminal>>. Acesso em: 16/12/2024.
- Ferreira, Carolina; Machado, Máira Rocha. “Indenizações aos familiares das vítimas do Carandiru. Relatório de Pesquisa”. Núcleo de Estudos sobre o Crime e a Pena — FGV Direito SP, 1/9/2022. Disponível em: <<https://direitosp.fgv.br/sites/default/files/2022-09/indenizacoes-carandiru-site-fgv-direitosp.pdf>>. Acesso em: 16/12/2024.
- Ferreira, Luísa Moraes Abreu; Machado, Marta Rodriguez de Assis; Machado, Máira Rocha. “Massacre do Carandiru: vinte anos sem responsabilização”. *Novos Estudos*, v. 31, n. 94, 2012.
- Godoi, Rafael. *Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- Godoi, Rafael; Araújo, Fábio; Mallart, Fábio. “Espacializando a prisão: a conformação dos parques penitenciários em São Paulo e no Rio de Janeiro”. *Novos Estudos*, v. 38, n. 115, 2019.
- Góes, Eda Maria. *A recusa das grades: rebeliões nos presídios paulistas*. São Paulo: IBCCRIM, 2009.
- Guglielmucci, Ana; Lopez, Loreto. “La experiencia de Chile y de Argentina en la transformación de ex centros clandestinos de detención, tortura y exterminio en lugares de memoria”. *Hispanic Issues On Line*, v. 22, 2019.
- Keese, Pedro Bertolucci. *A criminologia crítica brasileira no debate sobre a concentração espacial do encarceramento*. São Paulo: D’Plácido, 2021.
- Kolker, Tania. “Reparação. A que(m) será que se destina?”. In: Estevez, Alejandra (org.). *Lembrar é agir: memória, verdade e direitos humanos*. São Paulo: Letra e Voz, 2021.
- Mallart, Fábio; Cunha, Manuela. “Introdução: as dobras entre o dentro e o fora”. *Tempo Social: Dossiê Punição, Prisão e Cidade: Contextos Transversais*, v. 31, n. 3, 2019.
- Marques, Eduardo. “Em busca de um objeto esquecido: a política e as políticas do urbano no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 95, 2017.
- Marques, Eduardo (org.). *As políticas do urbano em São Paulo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2018.
- Nisida, Vitor Coelho. *Outra Luz: alternativas urbanísticas para o Projeto Nova Luz*. Trabalho Final de Graduação. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2011.
- O Assunto. “30 anos do Massacre do Carandiru”. Podcast. Apresentadora: Renata Lo Prete. Produção: Mônica Mariotti, Isabel Seta, Lorena Lara, Tiago Aguiar, Gabriel de Campos, Luiz Felipe Silva, Thiago Kaczuroski, Eto Osligher, Gustavo Honório. Brasil: g1, ep. 800, 23 set. 2022, 33 min. Disponível em: <<https://open.spotify.com/episode/4ZISBXf72GcEPzYxghiQBD?si=a90250d2086b45c5>>. Acesso em: 16/12/2024.
- Plastino, Luísa; Ferreira, Carolina. “31 anos do Massacre do Carandiru: memorialização e ressignificação da Casa de Detenção de São Paulo”. *Boletim IBCCRIM*,

- ano 31, n. 373, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/boletim_1993/article/view/833/255>. Acesso em: 16/12/2024
- Reginato, Andrea. “Uma introdução à pesquisa documental”. In: Machado, Máira Rocha. *Pesquisar empiricamente o direito*. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017.
- Salla, Fernando. *As prisões em São Paulo: 1822-1940*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2006.
- Salla, Fernando. “De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias em São Paulo”. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, ano 1, n. 1, 2007.
- Tavolari, Bianca. “O direito na cidade: como incorporar o espaço urbano nas análises jurídicas”. In: Silva, Felipe Gonçalves; Rodriguez, José Rodrigo (orgs.). *Manual de Sociologia Jurídica*. São Paulo: Saraiva, 2023a.
- Tavolari, Bianca. “Os muitos sentidos do espaço”. *Quatro Cinco Um*, n. 73, 2023b. Disponível em: <<https://quatrocinco.um.com.br/colunas/as-cidades-e-as-coisas/os-muitos-sentidos-do-espaco/>>. Acesso em: 16/12/2024.
- Tavolari, Bianca; Machado, Máira Rocha; Nisida, Vitor. “Cemitério dos direitos. Desativar, demolir, cimentar, virar parque: os 30 anos do Massacre do Carandiru”. *Quatro Cinco Um*, n. 62, 2022. Disponível em: <<https://quatrocinco.um.com.br/artigos/as-cidades-e-as-coisas/cemiterio-dos-direitos/>>. Acesso em: 16/12/2024.
- Tenório Filho, José Roberto; Lima, Suzann Flávia Cordeiro. “Construções penais e o diálogo com a cidade: a (não) política de implantação de equipamentos penais no meio urbano”. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 10, n. 2, 2018, pp. 371-86.
- Wacquant, Loïc. *Bourdieu in the City: Challenging Urban Theory*. Nova Jersey: John Wiley and Sons, 2022.

